

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8005794-45.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma

PACIENTE: e outros (2) Advogado (s): , IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XIQUE XIQUE BAHIA Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. ART. 121, § 2º, INCISO IV DO CPB. PRISÃO PREVENTIVA. SUPOSTA CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO QUE DETERMINOU A CUSTÓDIA CAUTELAR. DECISÃO SUPERVENIENTE, PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, CONCEDENDO A LIBERDADE PROVISÓRIA AO PACIENTE, MEDIANTE CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. EXPEDIDO ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA DO OBJETO. INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE, DO QUANTO INSCULPIDO NOS ART. 659 DO CPP C/C ART. 266 DO RITJBA. WRIT PREJUDICADO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8005794-45.2023.8.05.0000, em que figura como Impetrante os advogados maia (OAB/BA nº 24.958) e (OAB/BA nº 41.353), em favor do Paciente e, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Xique-Xique/BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça da Bahia, em JULGAR PREJUDICADA A ORDEM de Habeas Corpus, pelas razões a seguir explicitadas. Salvador, data registrada no sistema. JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Prejudicado Por Unanimidade Salvador, 4 de Maio de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8005794-45.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: e outros (2) Advogado (s): , IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XIQUE XIQUE BAHIA Advogado (s): 06 RELATÓRIO Vistos. Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de e, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Xique-Xique/BA. Narra a exordial que: “o Paciente foi preso temporariamente nos autos de nº 8000244-14.2023.8.05.0277, logo após a Representação da Autoridade Policial condutora das investigações, sob a acusação de ter sido o autor dos disparos de arma de fogo que vitimaram e ERNANDE, situação que teria ocorrido no dia 05 de janeiro de 2023 às 05 horas da manhã.”. Acrescenta que a parte impetrante que: “No dia 11 de janeiro de 2023, o Delegado de Polícia representou pela decretação da prisão temporária do Paciente, sendo que no dia 12 de janeiro de 2023, o Magistrado de piso, em consequência, deferiu o requerido”. Em seguida, aduzem que “em 13 de fevereiro de 2023 o Paciente foi denunciado pela prática de duplo homicídio qualificado, e, na mesma decisão que recebeu a denúncia decretou-se a prisão preventiva do Paciente.”. Entretanto, o Impetrante assevera que o Paciente está a sofrer constrangimento ilegal, na medida em que: i) a decisão que decretou a custódia preventiva carece da adequada e respectiva fundamentação idônea; ii) que ausente se encontra os indícios suficientes de autoria delitiva; iii) que as medidas cautelares diversas da prisão são proporcionais e adequadas ao caso e que, ainda, o Paciente ostenta supostas condições pessoais favoráveis, tais como a primariedade e residência fixa e; v) que o princípio da presunção de inocência não fora observado pela apontada Autoridade coatora, eis que, no seu entender, seria esta uma antecipação do julgamento de mérito da demanda de origem. Pugnou, ainda, em sede de liminar, pela concessão da ordem de habeas corpus, com imediata concessão da liberdade em favor do Paciente. Com a peça exordial foram juntados

documentos (IDs nº 40686072 a 40686076). Liminar indeferida (ID nº 40713816). Informações judiciais prestadas no documento de ID nº 41062191. Os autos foram remetidos à Procuradoria de Justiça, que opinou pelo conhecimento e concessão da ordem, consoante ID nº 41098445. É o relatório. Salvador/BA, 24 de abril de 2023. JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8005794-45.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: e outros (2) Advogado (s): , IMPETRADO: EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE XIQUE XIQUE BAHIA Advogado (s): VOTO Vistos. Trata-se de Habeas Corpus impetrado em favor de , já qualificado nos autos, apontado como autoridade coatora o MMM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Xique-Xique/BA. Sustenta, o Impetrante, que o Paciente está a sofrer constrangimento ilegal, na medida em que: i) a decisão que decretou a custódia preventiva carece da adequada e respectiva fundamentação idônea; ii) que ausente se encontra os indícios suficientes de autoria delitiva; iii) que as medidas cautelares diversas da prisão são proporcionais e adequadas ao caso e que, ainda, o Paciente ostenta supostas condições pessoais favoráveis, tais como a primariedade e residência fixa e; v) que o princípio da presunção de inocência não fora observado pela apontada Autoridade coatora, eis que, no seu entender, seria esta uma antecipação do julgamento de mérito da demanda de origem. Dessa forma, passo ao enfrentamento da questão suscitada pela Impetrante. É sabido que a ação de Habeas Corpus possui envergadura constitucional (art. 5º, LXVIII, da CF/88) e se destina a coibir a prática de ilegalidades ou abusos de poder contra o direito fundamental da liberdade de locomoção. Ademais, o Código de Processo Penal, no rol exemplificativo previsto em seu art. 648, assinala que a coação à liberdade de locomoção será considerada ilegal: I – quando não houver justa causa; II – quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III – quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; IV – quando houver cessado o motivo que autorizou a coação; V – quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI – quando o processo for manifestamente nulo; VII – quando extinta a punibilidade. Entretanto, o mesmo Códex dispõe, em seu art. 659, que: Art. 659. Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido. No mesmo passo, o art. 266, do RITJBA, em sua parte inicial, determina que “a cessação da violência, no curso do processo, o, tornará prejudicado o pedido de habeas corpus”. Consoante já consignado em linhas anteriores, o presente writ foi impetrado sob o fundamento de existência de constrangimento ilegal, decorrente da ausência de fundamentação idônea e necessidade da prisão preventiva do paciente. Acontece que, a par da análise dos informes judiciais (ID nº 41062191), em acesso aos autos de origem tombados pelo nº 8000244-14.2023.8.05.0277 verifica-se que a apontada Autoridade Coatora proferiu decisão, em assentada datada de 04.04.2023 – ID nº 379553229 daqueles autos, concedendo a liberdade provisória do Paciente, com aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. A fim de evitar indesejada tautologia, traz-se excerto do decisum retromencionado, ad litteram: “Portanto, passo a decidir: verifico nos autos que não permanecem os requisitos autorizadores da prisão preventiva. O réu compareceu virtualmente, tem residência fixa, além disso a audiência precisa ser remarcada e não foi culpa nem da acusação nem da defesa. De qualquer sorte no que pese a liberdade, está sendo constituída neste ato e é extremamente

necessária a fixação das medidas cautelares diversas da prisão: 1) Comparecimento mensal em Juízo para informar e justificar suas atividades, até o dia cinco (5) de cada mês; 2) recolhimento domiciliar semanal noturno, devendo recolher-se das 18:00 horas e saindo de lá somente às 06:00 horas do dia seguinte; 3) aos finais de semana permanecer homiziado na sua residência; 4) proibição de se ausentar da comarca sem prévia autorização deste Juízo; 5) proibição de manter contato com quaisquer das testemunhas que foram arroladas aqui, as de acusação e as referidas, bem como com a irmã e os demais parentes das vítimas, sob pena de revogação do benefício e nova decretação de prisão preventiva.” (g.n.) Mais que isso, percebe-se que o respectivo Alvará de Soltura – objeto do presente writ – já fora expedido, inclusive com inclusão no BNMP, ex vi ID’s nº 379763864 e 379803345 dos autos de origem. Assim, constatado o alcance, na origem, do quanto pretendido nesta impetração, tem-se configurada a total perda do seu objeto e, por conseguinte, imperiosa a aplicação do art. 659, do Código de Processo Penal. No mesmo sentido encontram-se as jurisprudências de nosso Superior Tribunal de Justiça e desta Corte de Justiça Baiana, vejamos: RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIENTE CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PELO JUÍZO SINGULAR. ALTERAÇÃO DO PANORAMA FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DO OBJETO. Recurso prejudicado. DECISÃO. [...] As informações complementares prestadas pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Cachoeirinha/RS dão conta de que, em 27/04/2021, concedeu-se liberdade provisória aos denunciados A e A (Ação Penal n. 5002584-94.2021.8.21.0086/RS), fato que esgota a pretensão contida no presente recurso, dada a perda superveniente do objeto da demanda e a alteração do cenário fático-processual. Consequentemente, perdeu o objeto o recurso. Julgo-o, pois, prejudicado (art. 34, XI, do RISTJ). Publique-se. Brasília, 14 de fevereiro de 2023. Ministro Relator (STJ – RHC: 144033 RS 2021/0075559-4, Relator: Ministro , Data de Publicação: DJ 15/02/2023) ACORDÃO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO. PRISÃO PREVENTIVA. 1. ALEGAÇÕES DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL; DESNECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA; VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA; CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS; E SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. QUESTÕES SUPERADAS. SUPERVENIENTE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELO JUÍZO IMPETRADO, COM IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, PREVISTAS NO ART. 319, DO CPP. PERDA DO OBJETO. INTELIGÊNCIA DO ART. 659, DO CPP, C/C ART. 266, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. 2. TESE DE INEXISTÊNCIA DO FATO. NÃO CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO CUJA ANÁLISE EXIGE INCURSÃO NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO, INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. 3. WRIT NÃO CONHECIDO EM PARTE E, NO RESTANTE, JULGADO PREJUDICADO. [...] ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal – Segunda Turma do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à unanimidade, em NÃO CONHECER EM PARTE, e, no mais, JULGAR PREJUDICADA A ORDEM DE HABEAS CORPUS, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Salvador/BA, de de 2022. Desa. Relatora Procurador (a) de Justiça. (TJ-BA – HC: 80281039420228050000 Desa. – 1ª Câmara Crime 2ª Turma, Relator: , PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 31/08/2022) Impõe-se, pois, o reconhecimento da perda do objeto do presente writ e, consequentemente, da sua prejudicialidade. Ante o exposto, voto pela PREJUDICIALIDADE do presente Habeas Corpus. Salvador, data registrada no sistema. JUIZ SUBSTITUTO DE SEGUNDO GRAU – RELATOR